

## Fiúza pede vistas e faz CPI sobre Cimi continuar

BRASÍLIA — O denunciante foi ludibriado em sua boa-fé. Esta é a conclusão do Relator Ronan Tito (PMDB-MG), da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apura a denúncia sobre a existência de uma conspiração internacional contra a soberania do Brasil na região amazônica, feita pelo jornal "O Estado de S. Paulo".

Os trabalhos da CPI, iniciados em 3 de setembro, prosseguirão na próxima quinta-feira. Ontem, o Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) pediu vistas do processo, discordando do parecer do Relator. Até agora, foram colhidos depoimentos dos responsáveis pelo jornal, pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e do perito Antônio Carlos Villanova, autor dos pareceres técnicos sobre os documentos da denúncia.

Ronan Tito concluiu — conforme consta no relatório entregue ontem aos membros da Comissão — que a denúncia foi feita com base em documentos apócrifos ou de autoria não confirmada por perícia cuja iniciativa foi do próprio jornal. O Relator chegou à conclusão também que o "Conselho Mundial de Igrejas Cristãs", elemento-chave da conspiração, não teve sua existência confirmada, apesar das pesquisas feitas pela Comissão.

Tito também não aceitou a tese de que o abaixo-assinado passado na Áustria significou "um atentado à

soberania nacional", como divulgou "O Estado de S. Paulo". Ele optou pelo parecer do Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, que recebeu a iniciativa como mais uma emenda popular encaminhada à Constituinte.

— O jornal "O Estado de S. Paulo" foi ludibriado em sua boa-fé. Fiel ao seu estilo combativo, abriu seus espaços à divulgação de material de interesse jornalístico, mas de origem duvidosa e, certamente, elaborado com intuítos escusos e práticas fraudulentas — afirmou o Relator.

Ainda assim, ele defende o prosseguimento da apuração "para que não se vejam frustrados os parlamentares e a opinião pública no seu desejo de aprofundar as investigações já iniciadas". Sugere para tanto a criação de uma nova comissão para apurar, em toda sua amplitude, todos os fatos relativos à exploração do subsolo amazônico, aos direitos dos índios e à possibilidade de existir, de fato, uma conspiração internacional envolvendo restrições à soberania nacional.

— Esta verificação deverá abranger a atuação de pessoas físicas e entidades nacionais ou internacionais — frisou Tito, que sugeriu também que a Comissão envie cópia do relatório e toda a documentação à Polícia para abertura de inquérito, "em face dos fortes indícios de falsidade ideológica".